



## **Conjuntura: Políticos e especialistas defendem reforma da justiça e menor endividamento (c/áudio e vídeo)**

**Porto, Portugal 28/10/2010 16:04 (LUSA)**

**Temas:** Justiça e direitos, Economia, Negócios e Finanças, conjuntura, Política

Porto, 28 out (Lusa) – A reforma profunda na justiça, o fim do excesso de endividamento nas finanças públicas e uma mudança de paradigma na política, aumentando as condições de governabilidade, foram algumas das medidas apresentadas hoje, no Porto, para solucionar a crise.

Sob o tema “O que fazer por Portugal? Medidas para ultrapassar a crise”, a TSF e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas promove hoje, no Seminário de Vilar, no Porto, uma conferência cujo “chairman” é o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, tendo o primeiro painel sido dedicado ao regime político, com as intervenções do bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, do deputado do PSD Pacheco Pereira e do presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira.

Em declarações à entrada para a conferência, Rui Rio defendeu que sem a “reforma da justiça saem todos a perder”, afirmando não ter “dúvidas em saber porque Portugal” está na atual situação” mas tendo sim “dificuldade em sintetizar tantos erros cometidos em tantas áreas” do país.

Para o presidente da Câmara do Porto, o “erro primordial” é o “excesso de endividamento” em Portugal, tendo o Estado muito gastador levado a dívida pública a um patamar exageradíssimo.

“Tendemos a dizer que este é o princípio do problema, mas para mim não parte daqui. Para mim, parte do problema político, da ingovernabilidade, ou da fraca governabilidade, que o regime tem oferecido a Portugal ao longo dos últimos anos”, considerou Rui Rio.

“Seja qual for o primeiro ministro de Portugal, ou as coisas mudam ou não tem as condições de governabilidade de que necessita para reformar a sério, ou seja, não tem poder que chegue para impor as medidas que devem ser impostas para evitar que Portugal tenha situações deste género”, realçou.

Para Pacheco Pereira ,a crise durará, nas hipóteses mais otimistas, pelo menos uma década.

“Estamos com um caldeirão para que apareça um salvador numa esquina qualquer - que virá certamente da televisão que é o mecanismo hoje donde se fazem estes salvadores - que tenha uma linguagem anti-política e contra o sistema político”, alertou o deputado.

O social democrata condenou a espetacularização da vida política, afirmando que “cada vez mais os políticos que se safam são os que fazem espetáculo em detrimento dos que raciocinam” em Portugal.

“Se soubessem até que ponto alguns dos nossos principais políticos, de vários partidos, vivem completamente obcecados pelo jornal do dia seguinte e pela sua imagem na televisão no próprio dia - e que evidentemente não sobra tempo para o resto - ficariam surpreendidos”, sublinhou.

Já Marinho Pinto defendeu que é preciso “levar o 25 de Abril à justiça” já que esta está a funcionar como há dois ou três séculos.

“Se tivéssemos bons magistrados fazíamos boa justiça mesmo com más leis, até mesmo sem leis; com maus magistrados podem ir buscar as leis divinas que nunca se fará boa justiça”, condenou.

O bastonário da Ordem dos Advogados considerou que o facto de os portugueses e as instituições gastarem nas últimas décadas mais do que o que ganham, “é a única razão” porque Portugal está na situação atual.

“Hoje tenho a estranha sensação de que o país está a trabalhar para a banca e para os bancos. Há obras que se fazem em Portugal que vão ser pagas com os impostos de pessoas que ainda não nasceram e isto de facto um dia rebenta, um dia vai rebentar”, alertou.

JF/RYA.

Lusa/fim